



WILTON JUNIOR

RESIDENCIAL MATA DO CACAU foi construído sobre área de alagamento em épocas de cheia do Rio Doce, que fica às margens do loteamento, o que põe futuros moradores em risco de sofrer com enchentes

Mais de 1.500 casas prontas onde ninguém pode morar

Loteamento do Minha Casa, Minha Vida em Linhares está impedido de receber moradores porque foi construído em área de alagamento

Karolina Lopes
Pollyanna Dias

O Ministério Público Federal (MPF-ES) instaurou um Inquérito Civil Público para investigar a responsabilidade civil e administrativa dos engenheiros responsáveis pela aprovação do projeto de habitações populares

Residencial Mata do Cacao, no bairro Aviso, em Linhares.

A decisão ocorreu porque 992 casas do Programa Minha Casa, Minha Vida, do governo federal, foram construídas em uma área de alagamento, em épocas de cheia do Rio Doce, que fica às margens do residencial. Na mesma área, outro residencial chamado Rio Doce está com 600 unidades habitacionais construídas, mas que também ninguém pode morar devido ao risco de enchentes.

A previsão era de que a entrega das casas, prorrogada desde 2012, ocorresse em dezembro passado, para seis mil famílias, com renda entre um e três salários mínimos.

A próxima fase da batalha judi-

cial depende do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado (Crea-ES) apurar se engenheiros teriam ou não infringido o Código de Ética Profissional na elaboração irregular do projeto do Residencial Mata do Cacao.

A assessoria do Crea informou que a Comissão de Ética realizou uma reunião na última terça para engenheiros prestarem esclarecimentos e que solução sai até maio.

O secretário de Planejamento de Linhares, José Roberto Macedo Fontes, ressaltou que, embora as casas já estejam prontas, a prefeitura só vai liberar o loteamento para moradia por meio do "Habite-se" após a construção de um dique em torno da área, que irá conter os ala-

gamentos. "Em 2011, a prefeitura fez uma avaliação de risco na região e constava no licenciamento um plano de contenção de alagamento. A construção desse dique foi solicitada à Caixa", disse o secretário.

A Caixa esclareceu que após alagamento ocorrido em 2013, as moradias estão sendo recuperadas. Em nota, o banco disse que "será executada uma obra de contenção junto aos residenciais e, somente depois da conclusão desta obra, as unidades do programa Minha Casa, Minha Vida, faixa I, serão entregues aos beneficiários".

O investimento total no projeto foi de R\$ 62 milhões, incluindo a compra do terreno. Cada casa popular tem um custo de R\$ 39 mil.

Juiz bloqueia R\$ 2 milhões do prefeito



JAIR CORRÊA era dono do terreno

O juiz federal Wilton Sobrinho da Silva determinou o bloqueio de R\$ 2 milhões do prefeito de Linhares, Jair Corrêa.

O valor é referente à Fazenda Sossego, localizada no interior do município, do qual o prefeito era dono e onde foram construídos os residenciais Mata do Cacao e Rio Doce.

O valor bloqueado, de acordo com o juiz, é suficiente para garantir os estudos à respeito da construção das 1.592 casas do Programa Minha Casa, Minha Vida, localizadas no bairro Aviso, que podem estar irregulares.

O valor, ainda segundo o juiz, será utilizado para custear eventuais

obras, indenização por dano extrapatrimonial coletivo, demolição do empreendimento, se for o caso, bem como execução do plano de recuperação da área degradada.

Em sua decisão, o magistrado diz que o terreno onde as residências foram construídas está sujeito a alagamentos durante períodos de chuvas.

RESPOSTA

Em nota, a Prefeitura de Linhares informou que o prefeito "apenas vendeu a área para a Caixa Econômica Federal, sendo esta a responsável por todo e qualquer empreendimento realizado no local".

A prefeitura acrescentou ainda que ao longo da ação judicial, a própria Caixa manifestou que Jair Corrêa "não tem qualquer responsabilidade sobre o que foi feito com os terrenos após a venda", segundo a assessoria.

O bloqueio de bens do prefeito, incluindo nove carros e a fazenda, foi realizado em julho de 2012. Mas o prefeito conseguiu liberar parte de seus bens bloqueados por meio de medida cautelar pedida pelo Ministério Público Federal, autor da ação, naquele ano.

A assessoria da prefeitura disse ainda que o bloqueio de R\$ 2 milhões é uma garantia cautelar comum nas ações judiciais.

ENTENDA

Área de alagamento

> **A ESTIMATIVA** é de que seis mil famílias, com renda de um a três salários mínimos, aguardam a liberação de casas do Programa Minha Casa, Minha Vida, do governo federal, no bairro Aviso, em Linhares.

> **EMBORA** 1.592 moradias já estejam construídas, elas ainda não foram entregues aos beneficiários porque foram construídas em área de alagamento, próximo ao Rio Doce.

> **PARA A MORADIA SER** viável, sem por em risco a vida dos futuros moradores, a Justiça determinou a drenagem e contenção de águas, por meio de diques, que devem ser construídos pela Caixa Econômica Federal, instituição financeira responsável pelo programa habitacional.

> **A PREFEITURA** de Linhares informou que aguarda a entrega do dique para expedir o "Habite-se", liberando a moradia no residencial.

> **O MINISTÉRIO** Público Federal investiga, junto ao Conselho Regional de Engenharia, se engenheiros infringiram regras para aprovar o projeto de construção dos imóveis.

> **JÁ O MP-ES** instaurou um Inquérito Civil Público para investigar o caso.

> **O MINISTÉRIO** das Cidades, responsável pelas construções do programa Minha Casa, Minha Vida, disse que ainda precisa checar informações com a Caixa para se posicionar.

Fontes: MPE-ES, MPF, Prefeitura de Linhares e Caixa Econômica Federal.



CASAS populares estão vazias